

A PRÁTICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS PARANAENSES COAMO E COCAMAR

Carla Zago de Caccia¹

Fernanda Maria Zarelli²

Fátima Maria Pegorini Gimenes³

CACCIA, C. Z.; ZARELLI, F. M.; GIMENES, F. M. P. A prática da responsabilidade social das cooperativas agroindustriais Paranaenses COAMO e COCAMAR. *Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR*, Umuarama, v. 9, n. 1 e 2, p. 69-90, jan./dez. 2008.

RESUMO: Neste estudo o enfoque dado tem em vista os princípios que norteiam as cooperativas no Estado do Paraná, atribuindo à responsabilidade social dessas empresas o papel de ajudar a suprir, na sociedade na qual se inserem, as necessidades básicas para o desenvolvimento humano com qualidade de vida. Ao interagir no seu entorno as cooperativas têm o poder de beneficiar não somente seus funcionários e associados, mas também suas famílias e comunidade como um todo. Tendo a ética como princípio balizador das ações, as cooperativas atuam nos seguimentos nos quais o poder público deixa lacunas, tais como educação, saúde, lazer, proteção ambiental e estímulo à produtividade com responsabilidade. Assim, empresas cuja responsabilidade social estejam voltada ao bem comum tornam-se modelos de organizações bem sucedidas.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo. Responsabilidade social. Ética empresarial.

THE PRACTICE OF SOCIAL RESPONSIBILITY COOPERATIVES AGROINDUSTRIALS PARANAENSES COAMO AND COCAMAR

ABSTRACT: In this study the given focus has in sight the principles that guide the cooperatives in the State of the Paraná attributing to the social responsibility of these companies the paper to help to supply, in the society in which if they insert, the basic necessities for the human development with quality of life. When interacting themselves the cooperatives have the power not only to benefit their employees and associates, but also their families and their community. So, having the ethics as principle maker of the actions, the cooperatives act where the

¹Acadêmica de Direito e Psicologia – Integrante do PIBIC – Universidade Paranaense Umuarama-PR

²Acadêmica de Direito – Integrante do PIBIC – Universidade Paranaense Umuarama-PR

³Doutora em Administração – Professora – Pesquisadora do GEPAG – Universidade Paranaense

public power leaves gaps such as education, health, leisure, ambient protection and stimulation to the productivity with responsibility. Thus, companies whose social responsibility are directed to the common good make models of successful organizations.

KEYWORDS: Cooperativismo. Social responsibility. Ethical enterprise.

PRÁCTICA DE LA RESPONSABILIDAD SOCIAL DE LAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIALES PARANAENSES COAMO Y COCAMAR

RESUMEN: Este estudio dio enfoque a los principios que se basan las cooperativas en el Estado de Paraná, con su responsabilidad social en ayudar a proveer la sociedad a cual se insieren, las necesidades básicas para el desarrollo humano con calidad de vida. Al interactuar en su entorno, las cooperativas tienen el poder de beneficiar no solamente sus funcionarios y asociados, pero también sus familias y comunidad como un todo. Teniendo la ética como principio de las acciones, las cooperativas actúan en los seguimientos a los cuales el poder público deja lagunas, tales como: educación; salud; ocio; protección ambiental y estímulo a la productividad con responsabilidad. Así, empresas cuya responsabilidad social esté vuelta al bien común se han convertido en modelos de organizaciones exitosas.

PALABRAS CLAVE: Cooperativism. Responsabilidad social. Ética empresarial.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo foi idealizado no ano de 1844, quando vinte e oito tecelões do bairro de Rochdale, em Manchester na Inglaterra, criaram uma associação que, mais tarde, seria chamada de Cooperativa.

Conforme definição da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Embora o conceito de responsabilidade social seja relativamente novo para a maioria das empresas, para as cooperativas este conceito advém dos próprios princípios e valores do cooperativismo, que fazem parte da filosofia de atuação das cooperativas que remonta ao ano de 1844.

Os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática. Preconiza o sétimo e últi-

mo princípio, a responsabilidade social cooperativa nos seguintes termos: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos membros.

Atualmente, as organizações realizam enormes investimentos para se consolidarem como empresas socialmente responsáveis, e não medem esforços ao incluírem a responsabilidade corporativa como um elemento presente em suas estratégias empresariais.

Oliveira (2002, p. 5) explica que: “o conceito de Responsabilidade Social é amplo, referindo-se à ética como princípio balizador das ações e relações com todos os públicos com os quais a empresa interage: acionistas, empregados, consumidores, rede de fornecedores, meio ambiente, governo, mercado e comunidade”.

Cumprir observar, preliminarmente, que as cooperativas paranaenses em observância à legislação vigente e aos princípios cooperativistas desenvolvem práticas sustentáveis. Neste estudo, pretende-se delinear a responsabilidade social empresarial e cooperativa.

Em particular foram analisadas as cooperativas agroindustriais Coamo e Cocamar, localizadas no Estado do Paraná, com o propósito de investigar os programas desenvolvidos por estas organizações sob a denominação de responsabilidade social. Em *stricto sensu*, observou-se a prática de responsabilidade social, dando-se ênfase à qualidade de vida no trabalho e a preservação ambiental.

Para o desenho da pesquisa utilizou-se conjuntos de dados articulados entre si e agrupados a fim de complementar a informação relevante para a análise. Neste sentido, optou-se por trabalhar de maneira qualitativa através de levantamento bibliográfico, entrevistas aos dirigentes e a utilização da análise discursiva pública das organizações Coamo e Cocamar.

2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

A partir da década de 80, com a globalização, aumentaram a insegurança, a concentração de renda e a competitividade no mercado de trabalho. As políticas econômicas liberais tendem a reduzir o poder do Estado, que deixa de ter o monopólio das decisões. Todavia, são de extrema importância políticas públicas de proteção, como o seguro-desemprego, controle da jornada de trabalho, proteção ambiental, acesso à educação e à saúde.

No Brasil, o governo não tem cumprido a contento a sua obrigação de garantir o bem-estar social. Existe uma grande distância entre o crescimento econômico e a situação social. De acordo com Soares e Spitz (2006) dados divulgados pelo FMI – Fundo Monetário Internacional indicam que o PIB – Produto Interno Bruto brasileiro alcançou US\$ 796 bilhões, em 2005, fato que garante

ao país a 11ª posição mundial em um *ranking* de 155 países, mas se considerado o PIB per capita a posição do Brasil, cai para a 72ª no ranking mundial. Ainda conforme Pereira (2005) tomando-se apenas os dados do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, em 2005, verifica-se que o Brasil encontra-se na 63ª colocação entre 177 países. A desigualdade social interna é contrastante.

Nesse contexto, para que se possa chegar à justiça social, surge uma alternativa, a responsabilidade social empresarial. Percebe-se que o Estado é incapaz de solucionar os sérios problemas existentes em um curto período de tempo. Como as empresas não conseguem subsistir sozinhas, isto é, elas estão ligadas com o público interno e com a comunidade onde atuam, o único caminho para a sobrevivência das organizações é por meio da responsabilidade social. Dessa forma, o setor privado, por intermédio do exercício da responsabilidade social, passa a tomar decisões e praticar ações, visando superar os conflitos sociais que hoje atingem a todos. Conforme Gimenes et al. (2007) o bem estar coletivo deixa de ser impulsionado unicamente pelo Estado, pois este passa a dividir essa responsabilidade com a iniciativa privada e com a sociedade civil organizada.

Convém notar, outrossim, que nas duas últimas décadas, as empresas têm exercido grande influência nos rumos da sociedade. Por isso, devem comprometer-se na busca por uma sociedade mais justa e humanizada e desvincular-se de decisões que causem consequências maléficas à coletividade, como a poluição do meio-ambiente, a negligência para com o consumidor, a ausência de condições adequadas de trabalho e de equipamentos de segurança aos empregados.

Neste aspecto, afirma Souza (2006, p. A3), “a responsabilidade social pode se traduzir em ações internas das empresas em relação a seus colaboradores, ou extrapolar seus muros, atingindo a comunidade que a cerca ou numa perspectiva mais ampla, atender a determinados segmentos da sociedade”.

Logo, a responsabilidade social, também chamada de cidadania corporativa, é uma forma de atuar com ética na relação entre a empresa e os fornecedores, clientes, funcionários, meio-ambiente, governo, comunidade e toda a sociedade envolvida nessa relação. Para que isso ocorra, a empresa deve ouvir o interesse de todas as partes, atendendo às suas demandas e não somente a dos proprietários ou acionistas.

Em 1998, na Holanda, por ocasião do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), foi aprimorado o conceito de responsabilidade social. Neto e Froes (1999, *apud* WERLANG, 2006, p. 7), explicam que responsabilidade social é “o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”.

Assim, são consideradas tanto as ações internas como externas e o con-

ceito de responsabilidade social passa a ser elemento de uma noção mais ampla que é o desenvolvimento sustentável. Uma empresa cidadã respeita os direitos de todos e recebe o crédito, a consideração e a simpatia dos consumidores.

Responsabilidade social não é o mesmo que filantropia. Filantropia significa caridade, humanitarismo e está voltada para a cooperação em situações individuais de carência ou para ações sociais que lidam com entidades específicas.

As ações voluntárias podem ser de diversas formas, como treinamentos, preparação de trabalhos específicos, obtenção de recursos para a execução de projetos, prática de trabalhos autossustentáveis, participação em campanhas que visem o atendimento de situações específicas. Através de atividades voluntárias, as empresas têm a oportunidade de melhorar seu vínculo com a comunidade e também de treinar os seus empregados, que desenvolvem habilidades além de aumentar a sua motivação. Estima-se que um terço das empresas brasileiras se envolve com projetos sociais e em empresas que possuem mais de cem funcionários, o índice é de 40% (GARÇON, 2006).

As empresas passam, assim, a adotar um comportamento ético e político, além de assumirem um compromisso maior com a sociedade ao ajudar na diminuição das desigualdades e dar apoio a projetos sociais ou ambientais, tornam-se parceiras e co-responsáveis pelo desenvolvimento social. Várias empresas têm desenvolvido parcerias com o governo, concentrando-se principalmente na área da educação. Há diversas formas de abrangência, como o estímulo por meio de prêmios às melhores práticas, desenvolvimento de métodos de leitura e aprendizagem, treinamento de professores e diretores, obtendo-se grandes melhorias na qualidade do ensino.

3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL E AS COOPERATIVAS

A responsabilidade social é inerente às ações desenvolvidas pelas cooperativas, pois direcionam suas atividades e capital para esse propósito. Como exemplo pode-se citar as cooperativas de reciclagem, pois além de gerarem empregos, ao expandirem o processamento de lixo reciclável reduzem os lixões poluidores. Conforme Balbi (2006), em 1990, o volume do material recuperado, por meio da reciclagem, era de apenas 0,5%, sendo que atualmente esse percentual atinge 10%.

Os princípios cooperativistas: adesão livre, gestão democrática, distribuição das sobras líquidas, taxa limitada de juros ao capital social, estabelecimento de um fundo de assistência técnica, social e de educação para os sócios e a sociedade, e, finalmente, cooperação entre as cooperativas demonstram claramente como as cooperativas estão voltadas para a atuação social.

Em virtude de características específicas das cooperativas, como organização, educação, formação e informação, seus integrantes têm a oportunidade de agir de maneira mais racional e produtiva. Dessa maneira, tais empresas conseguem atingir suas metas, podem redistribuir parte da riqueza para os cooperados e dão retorno à sociedade onde atuam.

Koslovski (2006, p. 03) afirma que “as ações de responsabilidade social das cooperativas não são esporádicas e nem têm por objetivo o marketing para alcançar maior credibilidade, mas fazem parte do seu DNA”.

A solidariedade é um dos princípios cooperativistas, fato que leva as cooperativas a reservarem quinhão expressivo de seus ganhos à educação, saúde, meio-ambiente, buscando enriquecer de forma social, cultural e econômica a sociedade na qual se inserem.

“O crescimento econômico excludente contraria os princípios do cooperativismo. Para ocorrer desenvolvimento sustentável é preciso comprometimento com uma visão responsável que busca o equilíbrio social e a interação ética com a comunidade” (RICKEN, 2006, p. 11).

A responsabilidade social é uma solução moderna aos problemas econômicos e sociais que surgiram com a globalização e oferece as cooperativas uma nova maneira de melhorar sua responsabilidade em relação aos seus membros.

As ações de responsabilidade social se tornam visíveis ao serem observadas às mudanças benéficas geradas na comunidade ou entre os profissionais que fazem parte de uma cooperativa.

De acordo com a OCEPAR - Organização das Cooperativas do Paraná (2006, p.11), o faturamento bruto do sistema cooperativista em 2005 foi de R\$ 16,5 bilhões, o que equivale a 18% do PIB - Produto Interno Bruto - do Paraná, sendo que as cooperativas destinaram R\$ 2,1 bilhões para o social, valor que corresponde a 13% da receita líquida total de 2005.

No estado do Paraná, as cooperativas desenvolvem inúmeros projetos de responsabilidade social. As cooperativas têm em foco grandes investimentos na formação profissional, e isto resulta em incentivo e motivação, gera qualidade e produtividade, propiciando um retorno benéfico a elas próprias, pois melhora sua imagem e resulta em crescimento da competitividade. Mesmo porque a educação é uma forma eficaz de combater a desigualdade social e, consequentemente, promover uma melhor distribuição de renda obtendo-se desenvolvimento.

3.1 Preservação ambiental e sustentabilidade

Neste início de século, as preocupações com o meio ambiente assumem proporções cada vez maiores, em virtude dos efeitos visíveis de desequilíbrios provocados pelo homem na natureza. Neste sentido, a necessidade de se estabe-

lecer uma relação harmônica entre homem/natureza impulsionou a consolidação de uma nova visão de desenvolvimento, que envolve o meio ambiente natural e os aspectos socioculturais, revelando que a qualidade de vida dos seres humanos passa a ser condição para o progresso (DIAS, 2006).

Nesse diapasão, a Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento cunhou, em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável, como aquele que responde às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (BARRAL; PIMENTEL, 2006).

Estabelece a Magna Carta de 1988, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por se tratar de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Determina ainda, que compete ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Anteriormente, a Lei 6.938 que define a Política Nacional do Meio Ambiente, sancionada em 1981, estatuiu a responsabilidade civil objetiva ambiental em seu art. 4º, VII, imputando a quem danificar o meio ambiente o dever jurídico de reparar.

Pondera Machado (2002), que o Direito Ambiental engloba as duas funções da responsabilidade civil objetiva: a função preventiva, que, por meios eficazes deve procurar evitar o dano e a função reparadora, para assim, reconstituir e/ou indenizar os prejuízos ocorridos. Adverte-se que além da existência do prejuízo é necessário estabelecer-se a ligação entre a sua ocorrência e a fonte causadora, o nexo de causalidade que estabelece um liame entre a empresa e o dano.

No sentido de preservar o meio ambiente e evitar danos, as cooperativas paranaenses, em observância à legislação ambiental vigente e ao sétimo princípio cooperativista que estabelece a responsabilidade social cooperativa, no ano de 2005, conforme Balanço Social divulgado pela Ocepar investiram 14,4 milhões de reais em preservação ambiental, correspondendo a um aumento de 30,3% em relação ao ano de 2001.

Ressalta-se que no ano de 2005 as cooperativas paranaenses produziram e distribuíram um total de 1.230.793 mudas e reflorestaram 3.715 alqueires, além de investir em outras práticas sociais, totalizando 2,1 bilhões de reais destinados a ações classificadas como de responsabilidade social (OCEPAR, 2006).

3.2 Responsabilidade social e qualidade de vida no trabalho

Nessa nova ordem que o capitalismo está vivenciando, a sociedade surge como detentora de um novo papel, que é o de não só reivindicar, mas prin-

principalmente realizar as ações que o Estado nesse novo modelo não mais realiza, ou seja, vem assumindo a responsabilidade social que caberia ao Estado e dessa forma pode proporcionar cada vez mais qualidade de vida a seus membros.

As mudanças ocorridas nas últimas décadas levaram as organizações a repensarem suas formas de gestão. A maneira tradicional de administração, baseada na centralização das decisões, na hierarquia, na autoridade, com foco apenas no interesse de um pequeno grupo, entre outros, já não responde às demandas de um mercado globalizado e competitivo (BIAZIN; GAMA; GOMES, 2007).

Hoje em dia a empresa enfrenta vários desafios para permanecer no mercado, e tem sido pressionada por todas as partes envolvidas no negócio para adoção de uma postura mais responsável socialmente. Já é comum, nas grandes organizações, que se destinem recursos para ações ligadas à qualidade de vida no trabalho e responsabilidade social, e as cooperativas também devem aderir a esta prática, eis que no caso das cooperativas a responsabilidade social não é algo suplementar como para as empresas, mas sim a sua própria razão de ser (LOPES, 2007).

Para Biazin, Gama e Gomes (2007), a qualidade de vida no trabalho (QVT) soma-se à administração participativa e à responsabilidade social, tendo no trabalhador e no seu bem-estar sua preocupação principal. Estes autores, citando Maximiano (2000) compreendem a administração participativa como uma filosofia ou doutrina, que valoriza a participação das pessoas no processo de tomar decisões sobre os diversos aspectos da administração das organizações.

Os temas qualidade de vida no trabalho (QVT) e responsabilidade social empresarial (RSE) guardam uma proximidade e certa identidade, posto que, na generalidade, não estão ligadas, diretamente, aos objetivos primordiais das organizações. São tratadas como atividades acessórias, ainda que hodiernamente venham sendo tratadas como eventos essenciais à consecução dos objetivos organizacionais (MANCINI et al., 2007). Porém, são essenciais nos trabalhos desenvolvidos pelas cooperativas, baseando-se no sétimo princípio cooperativista, já diversas vezes citado, eis que é sabido que ao haver uma melhor qualidade no trabalho dos cooperados e de seus familiares, a responsabilidade social é realizada de forma mais efetiva e eficaz entre eles.

Além disso, a preocupação das empresas com a qualidade de vida do trabalhador não se restringe ao ambiente de trabalho em si, mas sim aos aspectos biopsicossociais, pois o bem-estar envolve o ser humano no seu conjunto de características. Esta preocupação iniciou-se a partir das convenções da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em que os países membros convencionaram adequar a legislação para a melhoria do trabalho, principalmente no que concerne à saúde, higiene e segurança do trabalhador (MANCINI et al., 2007).

A consolidação de uma imagem de empresa socialmente responsável

faz com que o meio empresarial busque formas de melhorar seu relacionamento com o meio ambiente e a sociedade, de modo a contribuir para o desenvolvimento social e econômico, do qual depende para sua sobrevivência. Essas características são inerentes às cooperativas, que procuram, desde sua filosofia, uma forma de melhorar a vida de seus cooperados e da sociedade em si.

A cooperativa possui a singularidade de promover uma forma de cidadania econômica ao permitir que os trabalhadores possam prover a si próprios dos mecanismos de produção e distribuição da riqueza, que de outro modo permaneceriam concentrados em poucas mãos. Isso demonstra que dentro da responsabilidade social das empresas/cooperativas, a qualidade de vida está presente, ao menos no seu planejamento como instituição (LOPES, 2007).

Segundo definição de Albuquerque e Limongi-França (*apud* ALBUQUERQUE E CIRINO, 2007, p. 2) QVT é “um conjunto de ações de uma empresa que envolve diagnóstico e implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais dentro e fora do ambiente de trabalho, visando propiciar condições plenas de desenvolvimento humano para e durante a realização do trabalho”.

Albuquerque e Cirino (2007), referindo-se a Walton (1973) citado por Vasconcelos (2001), afirma que a qualidade de vida deve ser analisada por meio das seguintes dimensões: compensação justa e adequada: equidade interna e externa, partilha de ganhos de produtividade; condições de trabalho: jornada de trabalho adequada, ambiente seguro e saudável; uso e desenvolvimento de capacidades: autonomia, qualidades múltiplas; oportunidade de crescimento e segurança: crescimento pessoal, perspectiva de avanço salarial, segurança de emprego; integração Social na Organização: ausência de preconceito, igualdade, senso comunitário; constitucionalismo: direitos de proteção ao trabalhador, privacidade pessoal, liberdade de expressão, tratamento imparciais e direito trabalhistas; o trabalho e o espaço total de vida: papel balanceado no trabalho, estabilidade de horários, poucas mudanças geográficas e tempo para lazer da família.

Disso se observa que se a organização está preocupada com a responsabilidade social, conseqüentemente está com a qualidade de vida de seus trabalhadores, dando melhores condições para a sua realização pessoal e profissional.

Albuquerque e Cirino (2007) afirmam que a coesão grupal é um dos fatores decisivos no êxito ou fracasso das cooperativas, e deve estar sedimentada nos objetivos da cooperativa e no comprometimento dos membros com as atividades da mesma, sendo que quanto mais representado o associado se sente pela diretoria, maior será a sua participação e comprometimento com as atividades da cooperativa. Assim, o comprometimento dos membros associados também permite que haja uma melhor qualidade de vida no trabalho.

Sem dúvida, como afirma Lopes (2007), as cooperativas representam

hoje uma alternativa à retração de postos e rendimentos do trabalho, atuando em favor de um desenvolvimento baseado na desconcentração do capital e distribuição de renda, bem como favorecendo os seus membros em relação a uma melhoria na sua qualidade de vida e atuando com responsabilidade social. Contudo, em meio aos constrangimentos do mercado, as cooperativas não estão imunes a desvirtuamentos em seus princípios democráticos e distributivos e devem estar buscando sempre seguir de acordo com a ética a que se propõem.

3.2.1 A cooperativa agroindustrial Coamo e sua responsabilidade social

A Cooperativa Agroindustrial Coamo foi criada em vinte e oito de novembro de 1970, na cidade de Campo Mourão, no Paraná. Foi de iniciativa do recém formado engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini, que chegou à região, a serviço da extinta Acarpa - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - para levantar os dados da realidade rural local. Conforme dados constantes no site da cooperativa, Gallassini observou que a região tinha terras impróprias para exploração devido à acidez do solo e os agricultores desconheciam a tecnologia agrícola.

O agrônomo conduziu os primeiros experimentos agrícolas na região, o que fez com que a produção de trigo e soja aumentasse, o que gerou a preocupação nos agricultores de para quem vender essa produção. Assim surgiu a ideia de se montar uma cooperativa de produtores rurais.

Com a Coamo, veio o crescimento da produção de trigo na região, o que obrigou a cooperativa a alugar armazéns para receber a produção. No ano de 1975, conforme dados constantes no site da cooperativa, foi instalada a Fazenda Experimental, aberta a loja de peças e implantado o moinho de trigo. A partir dos anos 80, vieram outras indústrias, como a fiação de algodão, a destilaria de álcool, as indústrias de óleo de soja e, finalmente a fábrica de margarina que surgiu no ano 2000.

Conforme informações retiradas do site oficial da Coamo, a cooperativa apresentou, em 2006, os seguintes indicadores econômicos: receitas globais de R\$ 2,66 bilhões; sobras líquidas de R\$ 190,30 milhões; conta com 19,7 mil cooperados; um ativo total de R\$ 2,38 bilhões; um patrimônio líquido de R\$ 1,24 bilhão (11,3% maior que o do exercício anterior); mais de 100 mil pessoas recebem benefícios diretos do cooperativismo; 3,9 mil funcionários diretos e uma média mensal de 1,1 mil funcionários terceirizados; agrega 87 unidades de recebimentos de produtos agrícolas; foi responsável pelo recebimento de 3,69 milhões de toneladas de produtos agrícolas; é responsável por 3,1 % da produção agrícola do Brasil e por 16% da produção de grãos e fibras do Paraná; responde por 1,81 milhões de toneladas de produtos exportados, em 2006, no valor de US\$ 307,48

milhões, fato que situa a empresa entre as maiores empresas exportadoras do país; e, finalmente, possui uma capacidade estática de armazenagem para 3,50 milhões de toneladas.

A cooperativa Coamo promoveu, em 2006, 1.574 eventos técnicos, educacionais e sociais para o desenvolvimento de cooperados e familiares, o resultado de tais eventos proporcionou 74.235 pessoas capacitadas entre cooperados, familiares e funcionários de cooperados.

Conforme se observa, a Coamo conta com mais de 4 mil funcionários e mais de 19 mil cooperados. Segundo a cooperativa, estes funcionários e cooperados são constantemente preparados para desempenhar cada vez melhor as suas atividades profissionais, sendo que os investimentos na capacitação são responsáveis pelo alto grau de profissionalismo na condução dos negócios da Coamo.

A cooperativa também investe no bem estar social dos seus funcionários. Conta com convênios de assistência médica e odontológica, e têm a disposição, em todas as unidades, a Associação Recreativa dos Funcionários da Coamo - Arcam, um clube completo e estruturado que promove esporte, lazer, entretenimento e integração social e profissional.

A Coamo, como a própria cooperativa afirma, baseia sua administração no tripé cooperados-diretoria-funcionários, reunindo duas vezes por ano, a diretoria e os cooperados no campo para debater os problemas da sociedade e apresentar a situação da agricultura nacional, bem como os serviços e projetos desenvolvidos pela cooperativa em prol do incremento de diversificação, produtividade e renda dos cooperados.

Mantendo uma série de projetos para incentivar a diversificação da propriedade agrícola e contribuir para a fixação do homem a terra, a cooperativa em questão assume sua responsabilidade social para com os cooperados, funcionários e sociedade. A Coamo afirma que todos os projetos têm assistência técnica garantida pela cooperativa, e apresentam alternativas econômicas viáveis à propriedade.

São os seguintes os projetos realizados pela cooperativa:

Projeto colono: promove o aperfeiçoamento de pequenos agricultores em produtos de subsistência básica, como leite, suínos, galinhas pomares, hortas, piscicultura e outros. Os participantes aprendem a produzir o que necessitam para o consumo e obter excedentes para comercializar. Tudo sem deixar de se dedicar à atividade principal.

Gado leiteiro: objetiva a melhoria do rebanho. O projeto consiste no fornecimento de insumos básicos, assistência técnica e financiamento de 100% do valor de até cinco animais. No mesmo caminho está o projeto gado de corte, que utiliza técnicas de cruzamento industrial e confinamento.

Gado de corte: fornece aos cooperados assistência técnica veterinária

específica e financiamentos para a compra de animais e todos os insumos básicos para o desenvolvimento da atividade.

Café adensado: para revitalizar a cafeicultura, a Coamo produz mudas e repassa aos cooperados a preço de custo. Fornece insumos e permuta o pagamento por café em grãos.

Projeto calcário: a Coamo financia e aplica o calcário na terra dos cooperados visando a correção do solo. A técnica é indispensável para a evolução da produtividade no campo.

Projeto suinocultura: a granja da Coamo fornece leitões para produtores e recebe o suíno pronto para a comercialização. Também fornece matrizes e rações para os cooperados que se interessam em produzir leitões para o fornecimento aos suinocultores terminadores.

Projeto fertilidade: voltado para as culturas de soja, milho, trigo, algodão e feijão com o objetivo de oferecer maior produtividade e rentabilidade, além de assegurar continuidade e competitividade do produtor no campo. O projeto utiliza um conjunto de técnicas na busca de maior equilíbrio nas relações entre os nutrientes do solo.

Projeto integração lavoura-pecuária: visa à melhoria da rentabilidade da propriedade durante a estação de inverno, transformando parte da área de lavoura em pastagem para engorda de gado.

Tecnologia de aplicação: trabalha na conscientização dos cooperados para a verificação e manutenção dos pulverizadores. Objetiva reduzir as perdas causadas pela má distribuição ou aplicação excessiva de defensivos agrícolas nas lavouras, devido à falta de manutenção de bicos e outras partes do equipamento de pulverização.

Além dos projetos supracitados, conforme o constatado com a cooperativa há o centro de treinamento agrícola (CTA), cuja missão é capacitar à mão-de-obra rural, uma preocupação constante da Coamo. Anualmente, centenas de cursos e treinamentos são realizados para os cooperados, seus filhos e empregados. O objetivo é preparar os agricultores para o uso correto das máquinas e implementos agrícolas, utilização das técnicas adequadas de plantios, redução de perdas e melhores resultados nas colheitas.

Aproximando ainda as esposas e filhas dos cooperados, a Coamo desenvolve cursos de arte culinária, higiene no lar e indústria caseira.

Assinala-se, ainda, que em 2006 foi consolidado e ampliado o programa jovem aprendiz cooperativo, formando-os em serviços administrativos ou em eletrotécnica, com cargas horárias e conteúdos programáticos específicos, que são planejados, elaborados e desenvolvidos em parcerias com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e contam com o apoio financeiro do SESCOOP (Ser-

viço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo). Participam da seleção para este programa, jovens entre 14 e 24 anos incompletos, que estejam regularmente matriculados na educação de nível básico, em escolas públicas.

Existe ainda o projeto “xeque-mate” de xadrez, desenvolvido pelo Colégio Estadual Marechal Rondon, de Campo Mourão, para os alunos do ensino fundamental e médio, o qual tem como objetivo estimular o desenvolvimento do raciocínio lógico, interpretativo e habilidades, por meio do jogo de xadrez.

No campo ambiental, o reflorestamento de propriedades é favorecido por intermédio de metas a serem cumpridas pelo seu corpo da cooperativa. Um viveiro na fazenda experimental produz as mudas utilizadas nas áreas de reflorestamento. A preocupação com o meio ambiente inclui pesquisas de espécies e variedades florestais, que mais se adaptam à região. É também incentivado o uso de controle biológico de pragas e de técnicas de conservação de solos.

Nesse sentido, deve-se dizer que a devolução de embalagens vazias de defensivos agrícolas, que representa um dos maiores entraves ambientais enfrentados pela cadeia produtiva brasileira, conta com um trabalho sério e o comprometimento da Coamo, que recebe de seus associados milhões de embalagens vazias de defensivos, destacando-se como a maior empresa do país na arrecadação dessas embalagens.

Quanto à venda e comercialização dos produtos, a Coamo informa os cooperados diariamente sobre tudo o que acontece nos mercados. Assim, podem decidir sobre o melhor momento para comercializar a sua produção.

Além disso, a Coamo conta com mais de 180 profissionais, entre engenheiros agrônomos e florestal, técnicos em agropecuária e médicos veterinários, segundo os dados a disposição no site, acompanhando a produção dos seus cooperados e dando suporte desde o planejamento do plantio até a comercialização da safra, além de fornecer máquinas agrícolas e insumos, mediante vários planos e condições de pagamentos.

Na busca constante pelo desenvolvimento sustentável dos associados, que é um dos princípios inerentes ao cooperativismo, a Coamo tem procurado disponibilizar produtos, serviços e o desenvolvimento de ações visando à interação sócio-ambiental. O respeito ao ser humano, o comportamento ético, o estrito cumprimento das leis e a vocação para o desenvolvimento são os princípios que fundamentam as políticas desta gestão.

Registre-se ainda que, em 2006, além dos eventos técnicos, educacionais, sociais e cooperativistas foram elaborados 8.207 projetos técnicos, atividades estas envolvendo 74.235 participantes, das quais se destacam os dias de campo nos entrepostos e principalmente, na fazenda experimental, que é transformada em um grande laboratório a céu aberto, e que em parceria com empresas e órgãos oficiais de pesquisas tem desenvolvido um trabalho diferenciado no

repare das novidades tecnológicas ao quadro social da cooperativa (site oficial da Coamo, 2007).

Conforme site da Coamo, os valores dos tributos e taxas gerados e recolhidos durante o exercício de 2006 atingiram o montante de R\$ 148,87 milhões, como há de se verificar no balanço social desta cooperativa.

Ao avaliar a atuação social corporativa da Cooperativa Agroindustrial Coamo, por meio da entrevista semiestruturada realizada, cumpre observar preliminarmente que a atuação social é exercida de acordo com valores e princípios presentes na cultura da empresa, que decorrem dos sete princípios básicos do cooperativismo, já mencionados no presente artigo.

Também a estratégia de ação social é divulgada para os membros da cooperativa, pelos meios de comunicação institucional, especialmente por intermédio do site. Além disso a cooperativa procura atender as demandas da comunidade em seu entorno, e preocupa-se com o bem-estar de seus funcionários, cooperados e familiares, que são todos envolvidos nas ações sociais realizadas.

Busca ainda estudar quais os campos mais necessitados de ações sociais, para que estas sejam previamente organizadas, com um bom planejamento orçamentário, tendo uma equipe de colaboradores que se dedica regularmente à gestão das ações sociais.

O investimento em ações sociais deve-se principalmente a dois objetivos: primeiro como é inerente ao cooperativismo, investe-se em ações sociais por acreditar que elas contribuem para o desenvolvimento social de toda a comunidade e, segundo, porque as ações sociais contribuem também para os negócios, sendo que as pessoas tendem a buscar produtos de empresas que se preocupam não somente com seus lucros, mas com a sociedade em si. Assinala-se então que, ao definir sua prática de negócios, a empresa assume, muitas vezes, compromissos que vão além das suas obrigações legais, pois se compromete socialmente.

Como segunda variável, observa-se a avaliação dos resultados das ações sociais, como se depreende da entrevista, na qual se verifica que a cooperativa avalia continuamente a gestão de suas ações sociais, de forma sistemática e planejada, contando com profissionais especialmente para esta questão. Esta avaliação, sendo um instrumento de prestação de contas das ações sociais, serve ainda para rever as estratégias de ação social quando necessário, alinhando as ações às demandas encontradas.

Ao promover processos participativos de avaliação junto aos cooperados, ou seja, demonstrando a eles como se encaminham as ações sociais, presta-se assim contas de sua atuação como uma empresa responsável socialmente. Ademais, a avaliação permite que se verifique o custo/benefício dos investimentos em atuação social para cooperativa, bem como para que se alinhem os projetos sociais com os objetivos do negócio, o que contribui para a sociedade ao mesmo

tempo em que para a Coamo.

A avaliação tem como principal objetivo aprimorar o atendimento às necessidades dos beneficiados e, secundariamente, a definir os investimentos futuros, sendo que na maioria das vezes os resultados dessa avaliação são disponibilizados aos públicos envolvidos nas ações sociais.

Cumprir examinar, neste passo, a interface entre a atuação social da cooperativa e seus negócios. Nota-se que muitas vezes há constante interação entre estas áreas, eis que a estratégia de negócios é bastante levada em conta na seleção das ações sociais desenvolvidas pela empresa, assim como o contrário também se reputa verdadeiro. Isso faz com que a atuação social contribua para o fortalecimento da marca e da imagem da cooperativa.

Vale destacar que, constantemente a Coamo envolve seus parceiros de negócios nas suas ações sociais, como no caso do SESC (Serviço Social do Comércio), SESI (Serviço Social da Indústria), entre outros. Muitas das ações oferecem ainda vantagens competitivas para a cooperativa, como por exemplo, ao abrir novos mercados para seu negócio. Observa-se que a empresa emprega competências específicas de seu negócio, para desempenhar ações sociais, como o projeto que ensina jovens sobre os valores do cooperativismo. Isso acarreta que os projetos sociais terminam por proporcionar o desenvolvimento de novas competências aplicáveis aos negócios.

Nas atividades sociais, a alta direção se envolve nas decisões, bem como o responsável pela atuação social também participa de decisões estratégicas da empresa. Isso auxilia na geração de benefícios tanto para a sociedade quanto para a cooperativa.

Muitos dos projetos sociais da Coamo promovem a inclusão da população de baixa renda, atendendo às suas necessidades, mais um indício da preocupação social da cooperativa. Como já citado anteriormente, faz-se menção a Lopes (2007), que em seu dizer expressivo afirma que a responsabilidade social das cooperativas não é algo suplementar como para as empresas, mas a sua própria razão de ser. Por este motivo, as cooperativas não podem fugir ao seu compromisso com a responsabilidade social e a qualidade de vida no trabalho, tanto de seus cooperados, funcionários e familiares quanto da sociedade que a cerca.

3.2.2 A cooperativa agroindustrial Cocamar e sua responsabilidade social

A cooperativa agroindustrial Cocamar foi fundada em 27 de março de 1963, ato que reuniu trinta e sete cafeicultores. O objetivo inicial era receber, beneficiar, padronizar e comercializar o café, protegendo os produtores da ação dos intermediários.

Os precursores da cooperativa afirmam que os primeiros anos foram

díficeis, pois a estrutura era pequena, os associados ainda não acreditavam no sistema cooperativista e o café enfrentava um período de preços baixos.

No ano de 1965, a Cocamar decidiu apostar na diversificação dos negócios, investindo também no recebimento e beneficiamento de algodão. Já no início dos anos 70, a cooperativa era a primeira do Paraná a investir na construção de armazéns graneleiros, iniciando, assim, a recepção de soja, milho e trigo em Maringá e região. No final daquela década, veio a primeira unidade industrial, para fabricação de óleo e farelo de soja. Nos anos oitenta, foram várias outras fábricas, destinadas à produção de óleo semi-refinado de caroço de algodão, fios de algodão e seda, café torrado e moído. Mais tarde, vieram a fábrica de suco concentrado e congelado de laranja em Paranavaí, a destilaria de álcool em São Tomé e as três novas fábricas (sucos de frutas, bebidas à base de soja, maioneses, atomatados e molhos) em Maringá.

Atualmente, a Cocamar tem forte expansão nas vendas de produtos de varejo – distribuídos a milhares de pontos de vendas no Paraná e outros Estados (São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e, se tornou uma marca de grande credibilidade junto aos consumidores. Nas gôndolas, são vários óleos vegetais – soja, milho, canola e girassol – café torrado e moído, *cappuccino*, álcool gel e líquido, maioneses, atomatados, mostarda, sucos de frutas e bebidas à base de soja.

Logo, investindo na constante modernização de suas unidades industriais, a Cocamar conquistou dois importantes certificados internacionais de qualidade: um referente ao programa de segurança alimentar, concedido pela empresa SGS do Brasil, garantindo aos importadores que o farelo de soja está livre de contaminação; o outro, a NBR ISO 9001:2000, outorgada pelo Tecpar (Instituto Tecnológico do Paraná).

Atuando em diferentes setores, possui duas empresas coligadas: a Paraná Citrus, fabricante de suco concentrado e congelado de laranja, em Paranavaí; e a Transcocamar, que atua na área de transporte rodoviário.

Apesar de dar preferência ao mercado interno, a cooperativa é também exportadora, realizando negócios principalmente com clientes localizados em países europeus e asiáticos. Figuram entre os itens mais vendidos pela cooperativa o complexo de soja, o suco de laranja e os fios de seda.

Conforme divulgação do site oficial da Cocamar, em 2007, a cooperativa dona do maior e mais diversificado parque industrial do cooperativismo brasileiro, contava com 2.200 colaboradores e um quadro de 6.500 produtores associados.

Desse modo, a missão da Cocamar constitui-se em: prover de satisfação o cooperado, oferecendo serviços e produtos com qualidade e eficiência, preservando os parâmetros de rentabilidade; ser reconhecida por clientes e fornece-

dores como organização comprometida com a qualidade; buscar a perpetuação da organização a partir da otimização de sua estrutura operacional e industrial; manter seus colaboradores aptos a cumprir suas funções com segurança, orgulho e motivação; e, finalmente, ser uma organização cidadã e promotora do desenvolvimento regional.

Para tanto, investe e procura manter os seguintes valores: a busca da satisfação dos cooperados e clientes; a qualidade dos produtos e serviços ofertados; a otimização da estrutura; o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e cooperados; a ética e cidadania; o desenvolvimento regional; a perpetuação; e, finalmente, o compromisso com resultados.

Trata-se de uma cooperativa compromissada com o desenvolvimento socioeconômico da região noroeste e parte do norte do Estado do Paraná, sendo reconhecida pelos projetos que mantém nas áreas de responsabilidade social e ambiental.

Almejando atender as demandas da comunidade em seu entorno, bem como, de seus colaboradores, a cooperativa criou internamente um departamento que coordena os programas desenvolvidos, denominado Cocamar social. Tal programa visa difundir por meio de ações concretas, o valor do cooperativismo, propiciando a mobilização e transformação por intermédio de movimentos de integração.

A Cocamar destaca-se pela execução dos seguintes programas sociais:

Programa cooperjovem: com o objetivo de difundir a cultura cooperativista, a COCAMAR vem através do programa cooperjovem em parceria com a Ocepar/Sescoop, trazer uma contribuição para as escolas, para que esta possa desenvolver práticas cooperativas, fazendo assim com que os jovens possam ampliar suas perspectivas e seu conhecimento sobre o cooperativismo e empreendedorismo. Para tanto, utiliza-se a difusão do cooperativismo, junto à comunidade de atuação da COCAMAR, destacando os benefícios deste conceito no contexto da economia local, incentivando a formação de cooperativas dentro das escolas escolhidas, preparando os jovens para o empreendimento cooperativista.

Para concretizar os objetivos propostos a COCAMAR disponibiliza, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo SESCOOP e Departamento Nacional de Cooperativismo e Associativismo Rural DENACOO, um treinamento para professores, que se tornam multiplicadores, sobre os conceitos de cooperativismo. Após o treinamento é disponibilizado o material didático para as escolas participantes, material este que é composto de: curso ou orientação ao professor regente; manual do professor e 03 (três) volumes da turma da cooperação a serem distribuídos aos alunos. Material que trata o tema cooperativismo de forma lúdica.

Programa escola no campo: o sétimo princípio do cooperativismo en-

fatiza a responsabilidade das cooperativas com a comunidade, exercendo este princípio a Cocamar, em parceria com a Syngenta, implantou uma ação educativa, denominada projeto escola no campo. Esta ação visa sensibilizar os alunos das escolas da zona rural, sobre o cooperativismo, por meio dos princípios cooperativistas, e promover o esclarecimento sobre agrotóxicos, meio ambiente, globalização da economia, preservação do meio ambiente e outros assuntos pertinentes à vida no campo. Estimulando uma nova geração de agricultores, mais conscientes do cooperativismo e da necessidade de preservação ambiental, além de demonstrar a importância do uso da tecnologia para a produção de alimentos saudáveis.

Núcleos femininos: a Cocamar, atendendo a demanda das mulheres, que desejavam saber mais sobre a empresa, o cooperativismo e administração da propriedade rural, formou os núcleos femininos. Estes núcleos são pequenos grupos informais, com vinte a trinta mulheres, sendo estas: cooperadas, esposas e filhas de cooperados, que se reúnem para desenvolver seu potencial profissional e pessoal. O objetivo é desenvolver atividades voltadas à capacitação e aprimoramento do conhecimento dos integrantes dos núcleos, em assuntos de seu interesse.

Núcleo jovem: atendendo a iniciativa dos jovens, que desejavam obter maiores informações sobre a cooperativa, o cooperativismo e a administração da propriedade rural, a Cocamar, visando estimular este processo, criou o núcleo jovem. O objetivo deste projeto é a divulgação do cooperativismo, apresentar as atividades desenvolvidas pela cooperativa, buscar maior envolvimento dos jovens com a Cocamar, desenvolver atividades voltadas à capacitação e aprimoramento do conhecimento dos integrantes dos núcleos, em assuntos de seu interesse. Durante o ano de 2006 os jovens se organizaram e tiveram uma oportunidade de desenvolver seu potencial profissional e pessoal, através dos temas abordados nas reuniões. Com isso começaram a preparar-se para uma futura transição familiar, na empresa rural familiar.

Programa Cocamar ecologia: lançado de 2002, esta atividade busca por intermédio de palestras de conscientização sobre a importância da reciclagem para a conservação ambiental, não somente atender as necessidades de informação, mas também atender o 7º princípio do cooperativismo, que trata do interesse pela comunidade. Dentro deste contexto, é clara a necessidade de mudança de comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável (processo que assegura uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses das gerações futuras e, ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais), a compatibilização de práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida de todos.

Além dos programas supramencionados, destacam-se ainda os seguintes projetos sociais desenvolvidos pela Cooperativa Agroindustrial Cocamar: aulas de informática básica; centro de estudos cocamar; coral e orquestra cocamar; coral infantil; cozinha experimental; cultura e lazer; diversificação da atividade agropecuária na pequena propriedade; escola de futebol; fruticultura; oficina da fatura; oficina do agasalho; oficina do material escolar; programa de integração agricultura e pecuária; programa de voluntariado; projeto banco de talentos - unidades operacionais; revitalização de escolas; sericultura; suco justo; e, finalmente, o programa viva melhor.

Em análise aos dados obtidos através de pesquisa semi-estruturada aplicada à Cooperativa Agroindustrial Cocamar, comparativamente aos dados anteriormente explanados referentes à Cooperativa Agroindustrial Coamo, constata-se que a atuação social da Cocamar também é exercida de acordo com valores e princípios presentes na cultura da cooperativa. A estratégia de atuação social é conhecida dentro da cooperativa, através do departamento interno – Cocamar Social – que coordena e divulga os programas desenvolvidos.

A cooperativa procura atender as demandas da comunidade em seu entorno. A criança e o adolescente, os colaboradores e a comunidade por meio das entidades assistenciais, são os principais públicos a quem se destina a maioria dos projetos. Ressalta-se que as ações sociais desenvolvidas pela cooperativa envolvem os funcionários.

A Cocamar sabe que a cidadania corporativa é a base para a continuidade de seu crescimento e desenvolvimento. Para a cooperativa a atuação social é investimento social. É uma atividade organizada e voltada para a busca de resultados. Observa-se, assim, que ao definir práticas de negócios a cooperativa assume compromissos além das obrigações legais.

Ao avaliar os resultados das ações sociais, constata-se que a cooperativa em estudo avalia o resultado de suas ações sociais, e procura tornar a avaliação um processo contínuo na gestão de suas ações sociais.

Em um terceiro momento, analisou-se a interface entre a atuação social e o negócio e, conclui-se que os bons resultados alcançados por todos os programas sociais se tornam mais expressivos a cada ano, e tem conquistado a simpatia e a adesão de todo o meio com o qual a cooperativa se relaciona. Nota-se que há interação constante entre a área de atuação social e outras áreas funcionais da cooperativa, bem como, que as ações sociais geram benefícios para o negócio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que para que uma empresa seja socialmente responsável não basta cumprir plenamente obrigações jurídicas, mas

investir também no capital humano, no entorno e nas relações com os interlocutores (DIAS, 2006).

Aludindo a visão do Instituto Ethos, a responsabilidade social está se tornando cada vez mais fator de sucesso empresarial, o que cria novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo.

Por meio dos dados coletados e das entrevistas realizadas aos dirigentes das cooperativas agroindustriais Coamo e Cocamar, chegou-se às seguintes considerações:

Na relação da cooperativa com a comunidade as doações não são vistas como caridade, filantropia, mas sim como investimento. Ao investir em programas educacionais para crianças da comunidade, há a expectativa de estar preparando futuros membros assim como futuros líderes, isto é, está se investindo no futuro da organização cooperativa.

O dinheiro destinado ao apoio à comunidade é visto como uma alternativa de ampliação de lucros, diferentemente do que outras instituições fazem. Com a prosperidade da comunidade, a cooperativa também prospera, uma vez que os membros são a razão de sua existência.

Em relação aos consumidores, as cooperativas demonstram características peculiares que garantem a sua responsabilidade, como por exemplo, uma estrutura democrática que dá liberdade aos membros de mudar algo dentro da organização quando estão insatisfeitos, participando de assembleias ou elegendo o conselho de administração. Além disso, os membros das cooperativas compreendem que ao garantir uma excelente qualidade dos bens e serviços a serem oferecidos estão agindo de maneira responsável.

Tendo em vista um ambiente de trabalho saudável, as cooperativas fazem grandes investimentos em treinamento interno e educação externa para que os empregados cheguem a uma graduação maior.

Outra prática observada é o reconhecimento pelos funcionários de que eles são diretamente responsáveis pelo sucesso da associação, e têm a possibilidade de crescer com ela. A comunicação existente entre as partes permite tal reconhecimento.

Por fim, entende-se que a comunicação possibilita aos colaboradores tomarem conhecimento do que está acontecendo e dos problemas a serem enfrentados, para poderem auxiliar na solução destes (BARROSO, 2006).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. J. B. de; CIRINO, C. da. **Expectativas e crenças dos usuários sobre as cooperativas agrárias**. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~rev-pot/IndicesResumos/Resumoverm3.html>>. Acesso em: 26 maio

2007.

BALBI, S. Brasil já exporta sua tecnologia da miséria urbana. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 maio 2006, Caderno Dinheiro. p. B16.

BARRAL, W.; PIMENTEL, L. O. **Direito ambiental e desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BARROSO, M. F. G. **Marketing social em cooperativas agrícolas**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/premio_ethos_valor/lista_final.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2006.

BIAZIN, C. C.; GAMA, C. G. N.; GOMES, C. R. **Administração participativa, responsabilidade social e qualidade de vida no trabalho**: em busca da valorização do ser humano nas organizações. Disponível em: <<http://www.simpep.feb.unesp.br/anais10/gestaoderecursoshumanos/arq01.PDF>>. Acesso em: 13 out. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

COAMO. Agroindustrial Cooperativa. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br>>. Acesso em: 25 maio 2007.

COCAMAR. Cooperativa Agroindustrial. Disponível em: <<http://www.cocamar.com.br>>. Acesso em: 30 set. 2007.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

GARÇON, J. Capacitação começa a focar tecnologia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 abr. 2006. Caderno Dinheiro. p. B13.

_____. Premiações ajudam a ‘empurrar’ funcionários. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2006. Caderno Dinheiro. p. B9.

GIMENES, A. P. et al. A prática da responsabilidade social pelas cooperativas agropecuárias paranaense. In: SEMANA DE ECONOMIA BRASILEIRA e SEMINÁRIO SOBRE COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO PARANAENSE, 17., 1., 2007, Toledo. **Anais...** Toledo: UNIOESTE, 2007. CD-ROM

INSTITUTO ETHOS. **Empresas e responsabilidade social**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 25 maio 2007.

KOSLOVSKI, J. P. A cooperação e a responsabilidade social no Paraná. **Paraná Cooperativo**, Curitiba, ano 2, n. 17, p. 3-11, jan. 2006.

LYE, G. A obrigação agora é moral. **Guia Exame 2005**, São Paulo, p. 28, dez. 2005.

LOPES, J. R. **Cooperativas e responsabilidade social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/media/artigorevJR.doc>>. Acesso em: 26 maio 2007.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MANCINI, S. et al. **Qualidade de vida no trabalho e responsabilidade social**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT12/sergio_mancini.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2007.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.com.br/Cooperativismo/PrincipiosCooperativistas/tabid/335/Default.aspx>>. Acesso em: 22 abr. 2007.

OCEPAR. Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Cooperativismo Paranaense. **Paraná Cooperativo**, ano 3, n. 6, p. 110-125, nov./dez. 2006. Edição Especial.

OLIVEIRA, A. L. de. **SA 8000: o modelo ISSO-9000 aplicado à responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

PEREIRA, L. C. B. IDH, concentração e desenvolvimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 2005. Caderno Dinheiro. p. B1.

RICKEN, J. R. Mais de 400 mil cooperados. **Paraná Cooperativo**, Curitiba, ano 2, n. 17, p. 11, jan. 2006.

SOARES, P.; SPITZ, C. Dólar fraco eleva Brasil a 11ª maior economia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2006. Caderno Dinheiro. p. B1.

SOUZA, P. R. Educação e responsabilidade social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2006. Tendências/Debates. p. A3.

WERLANG, P. **O papel do gestor de recursos humanos na construção da responsabilidade social empresarial**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/premio_ethos_valor/trabalhos/201_Patricia_Werlang.doc>. Acesso em: 20 jun. 2006.